

De Adrienne Rich a Judith Butler – ou do feminismo lésbico à teoria *queer*

From Adrienne Rich to Judith Butler - or from lesbian feminism to queer theory

Mariana Ruggieri¹

RESUMO

O texto a seguir busca contextualizar a produção ensaística de Adrienne Rich entre os anos 1970-1980 de modo a situar o seu conceito de *continuum* lésbico dentro do feminismo lésbico norte-americano. Em seguida, menciono alguns dissensos produzidos em torno da categoria “lésbica” que estão na origem da teoria *queer*, evidenciando também as tensões raciais dentro do feminismo lésbico.

Palavras-chave: *Adrienne Rich; Judith Butler; Feminismo Lésbico; Queer.*

ABSTRACT

The following paper aims to contextualize essays written by Adrienne Rich between 1970 and 1980 in order to situate the concept of the lesbian *continuum* within North American lesbian feminism. I will then proceed to consider several reactions to the category “lesbian” which are at the origins of *queer* theory, also drawing attention to racial tensions within lesbian feminism.

Keywords: *Adrienne Rich; Judith Butler; Lesbian Feminism; Queer.*

¹ Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisadora visitante (BEPE-Fapesp) na Universidad Nacional Autónoma de México (2016), na University of Michigan (2012) e bolsista do Institute of World Literature, Harvard (2012). Atualmente é professora do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará.

Introdução

213

O intuito desse texto é mais sistemático do que analítico. Com ele, pretendo demonstrar como – em certo sentido e a partir de um recorte teórico específico – a teoria *queer* emerge a partir de tensões surgidas do feminismo lésbico, no intuito de criar subsídios para estudantes e pesquisadores/as que estão iniciando ou considerando iniciar pesquisas em torno do significante “lésbico” nas suas mais variadas aparições. Em primeiro lugar, discutirei os textos produzidos por Adrienne Rich nos anos 1970, cujos argumentos culminariam, por assim dizer, em seu texto mais conhecido, *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, de 1980. Tendo sido poeta e estudiosa da literatura, além de professora, Rich cunhou o termo *continuum lésbico*, que é hoje mobilizado teoricamente sobretudo pelo campo da literatura, muitas vezes como uma espécie de fórmula desprovida de contexto, motivo pelo qual o tomo como ponto de partida de minha reflexão. Situo essa parte específica da obra Rich dentro das diversas vertentes do feminismo lésbico que se proliferam nos anos 1970 para demonstrar como seus argumentos e suas formulações teóricas estão inseridas em uma rede

mais ampla de articulação da lesbianidade como a práxis política da “*woman-identified-woman*”. Não comentarei diretamente o texto “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (1981)², por entender que a sua ideia principal, a de que todas as mulheres existem em um continuum lésbico que independe de sua sexualidade, está contida em seus textos anteriores.

Em um segundo momento do texto, de modo a pensar os impasses entre diferença sexual/de gênero e dissidência sexual/de gênero, mapeio as reações a essa conceitualização de lesbianidade em textos de Gayle Rubin, Esther Newton, Barbara Smith, Monique Wittig e Teresa DeLauretis, que também estão escrevendo nos anos 1970 e 1980. Essa sistematização pode ser útil para a melhor compreensão de textos influentes hoje como *Problemas de gênero*, de Judith Butler, e o *Manifesto Contrassexual*, de Paul B. Preciado, este último posicionado criticamente em relação ao primeiro, e ambos posicionados criticamente em relação a pressupostos do feminismo lésbico, bem como daquilo que se convencionou chamar de feminismo cultural. Gostaria, contudo, de manter no espírito do texto algo que Sarah Ahmed escreveu no seu livro *Viver uma vida feminista* (2022): o feminismo lésbico não pode se tornar mero degrau a ser superado para dar origem à teoria *queer*, sobretudo porque, ainda hoje, a diferença sexual/de gênero, em conformações distintas de acordo com classe e raça, segue operando insidiosamente e constituindo corpos e subjetividades que são ordenados no mundo em função dessa diferença – a teoria *queer*, sugere Sarah Ahmed, muitas vezes invisibiliza mulheres lésbicas ou as reivindica como a memória de um projeto falido. No entanto, não é possível deixar de observar que um dos únicos elementos que Ahmed consegue salvaguardar do feminismo lésbico é a sua obstinação (*willfulness*), o que evidentemente não é pouca coisa. Um cartaz em uma marcha feminista no México, em 2019, dizia que ainda é preciso *organizar la rabia*. Raiva e ternura, dizia Adrienne Rich.

214

I. Alguns preâmbulos históricos

A Segunda Guerra Mundial teve um impacto profundo na organização demográfica dos Estados Unidos: houve um êxodo massivo em direção às grandes e médias cidades industriais, e as mulheres se viram possibilitadas de trabalhar em postos tradicionalmente considerados masculinos, o que significava, para muitas, a desdomesticação de suas existências, seja em suas próprias casas, seja em casas alheias, no caso de trabalhadoras domésticas. Além disso, as próprias forças armadas se tornaram o local de trabalho de milhares de mulheres, conformando um momento de abertura maior

2 O texto foi publicado pela primeira vez em *Signs*, v. 5, n. 4 (1980). Para ver respostas ao texto à época, ver os textos de Ann Ferguson, Jacquelyn N. Zita, Kathryn Pyne Addelson, todos publicados em *Signs*, v. 7, n. 1 (1981).

às mulheres em geral e, por extensão, às mulheres lésbicas. Os anos pós-depressão haviam sido anos de enrijecimento dos papéis sociais de gênero, sobretudo em comparação aos anos 1920, que legaram, em meio ao *Harlem Renaissance*, os *butch blues* de Ma Rainey, Lucille Bogan e Gladys Bentley³. Com a reorganização das forças produtivas em função da guerra, algumas mulheres ganharam autonomia, e, longe do isolamento doméstico, puderam deslocar a centralidade dos homens em suas relações. Uma série de bares lésbicos surgiram e/ou foram ocupados por lésbicas na década de 1940, criando condições para uma vida em alguma medida pública, pelo menos para mulheres de classes trabalhadoras, cujos trabalhos não dependiam das sanções sociais e morais⁴. Em Los Angeles surge a primeira revista para mulheres lésbicas, editada por uma mulher lésbica, cujo pseudônimo, Lisa Ben, era um acrônimo para *lesbian* – a revista se chamava *Vice Versa* e visava abrir o caminho para publicações do “terceiro sexo” e foi distribuída apenas nos anos de 1948 e 1949. O ambiente inicialmente permissivo dentro das forças armadas passa a ser um de aberta perseguição, o que nos anos 1950 se estenderia a todos os órgãos públicos do governo, em associações retóricas entre comunismo, homossexualidade e determinismo psico-biológico. De doença crônica a ser perseguida, a homossexualidade passa a ser tratada também como doença curável, com tratamentos que chegam a incluir a lobotomia e a terapia de choque.

O fim da guerra colocou de volta no lugar o imperativo da família nuclear ao mesmo tempo em que a experiência de existência coletiva de homossexuais fez surgir em São Francisco o primeiro movimento homófilo⁵ do país, dentro do qual surgirá o *Daughters of Bilitis*, considerada a primeira organização lésbica do país. Em 1956, publicará a primeira edição de sua revista periódica, o *The Ladder*⁶. Seus propósitos eram “a integração da mulher homossexual à sociedade”, buscando com isso fomentar pesquisas sociológicas e psicológicas, além de revisões dos códigos penais. No entanto, o mote da “integração” também trazia consigo as imposições de discricção e adequação, em franca dissonância com o tipo de visibilidade que estava sendo reivindicada à força nos bares diante do recrudescimento da violência policial

3 Para um vívido relato sobre as sexualidades dissidentes de mulheres negras no início do século XX em centros urbanos industriais nos Estados Unidos, ver *Wayward Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Riotous Black Girls, Troublesome Women, and Queer Radicals*, de Saidiya Hartman (2019). Ver também “Excerpts from the Oral History of Mabel Hampton”, de Joan Nestle em *Signs*, v. 18, n. 4, 1993.

4 Nesse sentido, professoras – sobretudo da rede básica – sempre estiveram sob rígido controle social. Ver o texto “A epistemologia do armário”, de Eve Kosofsky Sedgwick, para uma discussão sobre o armário como um dispositivo de controle na vida de homossexuais. O texto também realiza uma reflexão crítica acerca do continuum lésbico de Adrienne Rich.

5 Grupos que se dedicavam às relações afetivo-sexuais entre homens ou entre mulheres se autodenominavam “homófilos” à época

6 A revista seguiu sendo publicada até 1970, e contou com diversas contribuidoras ao longo dos anos; no entanto, encontrei apenas três contribuidoras negras, bastante esporádicas: Ernestine Eckstein, Lorraine Hansberry e Anita Cornwell.

e que culminaria em Stonewall, no final da década seguinte. A perseguição declarada, no entanto, também difundia no senso comum a existência de mulheres lésbicas que, se não ganhavam com isso uma visibilidade positiva, podiam, por outro lado, tomar conhecimento de que existiam mulheres como elas; prova disso são as dezenas de romances populares com tramas lésbicas que eram vendidos em bancas de jornal e farmácias até mesmo das menores cidades. Os finais, pela necessidade de manutenção da moral social vigente, não eram nunca felizes. A mulher lésbica – entendida sempre como a mulher masculinizada da inversão psiquiátrica – estava fadada à depressão enquanto via sua amada – esta, sim, segundo a lógica, uma mulher de verdade – retornar aos braços seguros da heterossexualidade.

Os anos 1960 nos Estados Unidos foram anos de ampla mobilização social por direitos civis. Os diversos movimentos negros, bem como os diversos movimentos anti-guerra, o surgimento do *New Left* e o *Women's Lib* operaram mudanças culturais e políticas profundas. É neste entroncamento de teorias e práticas que o feminismo lésbico começa a se organizar, deslocando a articulação entre mulheres lésbicas, portanto, do movimento homófilo para se aproximar do feminismo. O feminismo nos anos 1960, no que ficou conhecido como a segunda onda, trazia no seu horizonte cultural a destruição de papéis de gênero pré-determinados e no seu horizonte político e econômico buscava traçar as relações entre direito reprodutivo e trabalho reprodutivo, demonstrando os mecanismos pelos quais o capitalismo de estado se sustentava sobre um sistema patriarcal. Se os movimentos homófilos estavam naquele momento majoritariamente estruturados em torno da integração à sociedade heterossexual ou em alguns casos em torno da liberdade sexual individual, muitas mulheres consideravam que as pautas feministas visavam a transformações sociais mais duradouras, porque consideravam as relações sobredeterminantes entre a heterossexualidade compulsória e o patriarcado. Outra diferença significativa era a relação estabelecida com o discurso médico: o movimento homófilo estava em sintonia com a ideia de que a homossexualidade era uma condição congênita, mas reivindicava esse determinismo biológico como forma de reconhecimento legal e como uma maneira de conquistar direitos, ao passo que o feminismo lésbico posicionava a lesbianidade, então manifestada lexicalmente como *lesbianismo*, nos termos de uma existência possível e viável para qualquer mulher que quisesse habitar um mundo fora do contrato social da heterossexualidade. A sexualidade passava a ser pensada como uma construção social e, ao mesmo tempo, como um posicionamento radical dentro da concepção que se popularizou com o lema “o pessoal é político”.

II. Raiva e ternura

Em 1970, o manifesto “*The Woman Identified Woman*” – escrito pelo coletivo Radicalesbians e distribuído no *Second Congress to Unite Women*, após a ocupação do palco da plenária para denunciar a ausência de mulheres lésbicas entre as palestrantes – anunciava os termos do feminismo lésbico, perguntando e afirmando “O que é uma lésbica? A lésbica é a raiva de todas as mulheres condensadas até o ponto de explosão”. Nessa formulação a mulher lésbica se transforma na vanguarda do movimento feminista pois é “aquela que age em acordo com a sua compulsão interna de ser um ser humano mais livre que a sua sociedade permite”. Aqui, não é a orientação sexual a raiz da compulsão interna, mas o desejo de viver livremente, afinal, “em uma sociedade em que os homens não oprimem mulheres, e que a expressão sexual pode seguir os sentimentos, as categorias de homossexualidade e heterossexualidade desapareceriam”. O que se questiona, portanto, é a heterossexualidade como a instituição reguladora dos afetos que são, aqui, expandidos para além do desejo sexual. A redução das relações entre mulheres à sexualidade seria, ainda segundo elas, também um mecanismo patriarcal, pois o que a heterossexualidade impossibilita é, primeiramente, uma existência subjetiva completa e autodeterminada por e entre mulheres: “é essa identidade que temos que desenvolver com referência a nós mesmas, e não em relação a homens. Essa consciência é a força revolucionária a partir do qual todo o resto seguirá, pois a nossa é uma revolução orgânica”.

Os diferentes coletivos do feminismo lésbico vão se posicionar, sobretudo, em função do uso conceitual da palavra “lésbica”. Em outro manifesto, publicado pelo *The Furies* em sua revista em 1972, a equiparação entre feminismo e lesbianismo se torna total: “lésbicas devem se tornar feministas e lutar contra a opressão feminista, assim como feministas devem se tornar lésbicas se elas esperam acabar com a supremacia masculina”. No manifesto, intitulado “*Lesbians in Revolt*”, o lesbianismo é compreendido como a única posição política possível e coerente com o feminismo – já que as mulheres heterossexuais serviriam à manutenção das relações masculinas de dominação – e argumentado com referência a um matriarcado originário e pré-histórico, o qual seria necessário reinstaurar, seguindo uma linha de raciocínio popularizado pelo livro *The first sex*, de Elizabeth Gould Davis, publicado em 1971, com forte influência da obra do jurista e antropólogo alemão do século XIX, J.J. Bachofen, além das estatuetas femininas escavadas no assentamento neolítico de Çatalhöyük⁷. Anunciando “o começo do fim da supremacia masculina, individual e coletiva”, os caminhos indicados para a constituição da *Lesbian Nation* estão em sintonia com as promessas

⁷ O mesmo local arqueológico que Deleuze situaria na origem do aparelho de captura do Estado em *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*.

científicas da época: “Lésbicas literalmente não precisam de homens (nem para a procriação se a ciência de clonagem for desenvolvida)”⁸.

A experiência de ler as dezenas de publicações independentes produzidas pelo feminismo lésbico não é muito distinta, fora a velocidade, da experiência de navegar pelas páginas e perfis das redes sociais. As revistas independentes, geralmente produzidas por jovens universitárias, membras dos diversos grupos de consciência que se proliferaram à época, cumpriam a função de criar redes sociais de discussão, visibilização, autodefesa e constituição de subjetividades. A poesia, compreendida como um dos veículos mais acessíveis de autoexpressão, cumpria um papel muito importante, geralmente ocupando mais da metade dessas revistas, em modelo de submissão aberta; por meio delas circulavam centenas de poemas, entre eles poemas de Judy Grahn, a quem se atribui o primeiro livro de poemas declaradamente lésbicos dos Estados Unidos, o *Edward the dyke: and other poems*, publicado pela editora independente *The Women’s Press Collective*, em 1971.

O poema, “A psicanálise de Edward a sapatão”, de 1969, carrega um ponto de vista modulado pela ironia, uma modulação de voz poética que passaria a desaparecer se dentro do imperativo estético da “raiva e ternura”. O objeto da ironia é o discurso psiquiátrico e o poema – ao qual só me refiro assim porque a autora se refere a ele assim – é um diálogo, em prosa, entre Edward e o médico. O médico é um sexólogo ciente de que a sexualidade humana é ampla e variada, e – por isso mesmo – deve ser reprimida a todo custo; além disso, o seu diagnóstico se baseia evidentemente no modelo da “inversão” – para a qual há correção – e a uma compreensão da socialização e sexualidade lésbica como idêntica à socialização e sexualidade gay (masculina). Edward está em um consultório para apresentar o seu problema da semana: no banheiro masculino se sente intrusa, mas no banheiro feminino não é bem-vinda. O médico a mede, sugere cirurgias para a modificação de suas medidas, quer dizer, sugere que ela – uma pessoa assignada mulher ao nascer – teria de passar por um processo de adequação de gênero para tornar-se uma mulher. Judy Grahn entende já, nesse momento, o gênero como uma tecnologia construtora de corpos e portas – e os espaços aos quais ambos dão acesso. As senhoras que a expulsam violentamente do banheiro perguntam-na sobre o quanto ela conhece Gertrude Stein; e suas respostas ao médico sobre o significado da homossexualidade apresentam as mesmas descontinuidades e proliferações associativas de *Tender Buttons*:

8 Para ver o tratado mais famoso sobre o assunto: GALANA, Laurel. “Radical Reproduction: x without the y”. In: *Amazon Quarterly*, v. 2, n. 3, 1974. Ver também: RESENBRINK, Greta. “Parthenogenesis and Lesbian Separatism: Regenerating Women’s Community through Virgin Birth in the United States in the 1970s and 1980s”. In: *Journal of the History of Sexuality*, v. 19, n. 2, 2010.

Amor flores pérola, de braços deleitados. Quente e água. Derretimento de um wafer de baunilha nas calças. Rosas de pétalas róseas a vibrar o orvalho sobre os lábios, fruta macia e succulenta. Sem dentes. Sem cuspe repugnante. Lábios mastigando ostras sem areia suja ou vibrissas. Folhados. Biscoitos de gengibre. Pão quente, doce. Poesia de torrada de canela. Justiça igualdade salários mais altos. Canção angelical independente. Significa que posso fazer o que quiser.⁹

Em introdução a uma edição posterior da obra de Judy Grahn, Adrienne Rich escreve que Edward possui, de fato, um problema, mas que não se trata de sua sexualidade. O problema está, para Rich, na ausência de uma linguagem adequada por meio da qual Edward possa articular sua experiência e fazer frente ao discurso médico. A leitura, evidentemente, é relevante dentro da política poética de Rich, que se desenvolveria nos anos 1970 na intersecção entre as significações coletivas surgidas do feminismo lésbico e sua investigação a respeito da relação ética entre palavra e mundo. No entanto, ela deixa de notar a clareza de alguns termos: “justiça”, “igualdade”, “salários mais altos”. Não nota também a poderosa afirmação: “Significa que posso fazer o que quiser”, mas a dissolve como evidência de alguém que “não compreende que seu amor por mulheres possa ser outra coisa que não algo Utópico, individual e pessoal, não pode resistir ao ‘tratamento’, em realidade ela o busca”. (RICH, 1978, tradução minha). Se a poesia é, para a Rich, a concentração do poder da língua, ela assumiria para si nos anos 1970 o exercício de analisar, julgar e mediar as articulações teóricas de segmentos diversos do feminismo lésbico, tentando aproximar as jovens universitárias brancas que em sua maioria conformavam os coletivos de ação às discussões relevantes do feminismo negro e do feminismo em geral. Assim, já com algum prestígio dentro do meio literário, assumindo-se publicamente somente depois da maioridade dos seus filhos, Rich reivindicava para si uma posição pedagógica¹⁰ dentro do feminismo lésbico.

Os ensaios publicados a partir de 1971¹¹ são, com algumas exceções, textos produzidos para as conferências do *Modern Language Association*, por onde circulavam também Audre Lorde e Alice Walker, ambas impactando profundamente o pensamento de Rich, cuja atenção à interseccionalidade

9 Tradução de Angélica Freitas, disponível em: <https://abolha.com/2020/04/28/a-psicanalise-de-edward-a-sapatao/>

10 Nessa época Rich era professora da City College of New York, em um programa de democratização do ensino superior, e tem também uma série de textos reflexivos sobre o tema.

11 A maior parte desses ensaios foi publicado no livro: *On Lies, Secrets, and Silence*, de 1979. No JSTOR é possível encontrar grade parte dos ensaios em seus locais originais de publicação.

entre gênero, raça e classe¹², no entanto, não impedia a constante revisão de seus próprios textos e nem críticas por parte, sobretudo, de Barbara Smith. Os ensaios apresentados em conferências circulavam também em publicações lésbicas independentes, como em *Heresies*, *Chrysalis* e *Sinister Wisdom*. Nesses textos, como o “*When we dead awaken: Writing as Re-Vision*”, os livros *Um teto todo seu* – publicado no mesmo ano de nascimento de Rich, 1929 – e *Três Guinéus*, de Virginia Woolf¹³, servem como ponto de partida para a reflexão em torno do não-dito e do indizível, inclusive na sua própria poesia. Rich atribui ao seu poema “*Planetarium*”, de 1968, um momento de virada estética e política imensamente conectada à descoberta de si por meio do feminismo. Ela afirma que pela primeira vez a mulher no poema e a mulher escrevendo eram uma só e discorda, por isso, da objetividade linguística preconizada por Woolf – a raiva, ela afirma, é o despertar da própria consciência. Seu trabalho de crítica também se orienta pela busca dessa raiva (ainda não totalmente condensada até o ponto de explosão) em autoras como Charlotte Brontë, H.D., Emily Dickinson e Anne Sexton, bem como o significado da existência de outras mulheres em sua vida. No ensaio “*Vesuvius at Home: The Power of Emily Dickinson*”, de 1975, há uma formulação para uma crítica lésbica-feminista, segundo a qual:

“provar” que uma mulher do século XIX dormia ou não com outra mulher, ou com outras mulheres, não é o centro da questão. Mas a crítica feminista-lésbica possui o poder de iluminar o trabalho de *qualquer* artista mulher, independentemente de provar se ela é uma “lésbica praticante” ou não. Esta forma de crítica se dedica a realizar perguntas que até agora foram menosprezadas; e não buscará obsessivamente pelo romance heterossexual como central à vida e ao trabalho da mulher artista; esta crítica perguntará como ela se identificou com e foi capaz de fazer uso da cultura de mulheres, da tradição de mulheres; e o que a presença de outras mulheres significou em sua vida. Serão, portanto, identificadas imagens, códigos, metáforas, estratégias e pontos de tensão não revelados pela crítica convencional que opera a partir de uma perspectiva masculina/*mainstream*. E este processo tornará as mulheres artistas do passado - e do presente - disponíveis para nós de modos que não podemos ainda prever ou imaginar. (RICH, 1979, tradução minha).

12 Ver: “Disloyal to Civilization: Feminism, Racism, Gyenophobia” (1978), “Notes towards a politics of location” (1984). Ver também sua entrevista com Audre Lorde, de 1981, publicado em *Irmã Outsider* (2019).

13 Para uma discussão que reflete sobre *Um teto todo seu* considerando os efeitos da escravidão sobre a escrita de mulheres negras ver: Alice Walker, “In Search of Our Mother’s Gardens”, *Ms*, 1972.

Se em *História da Sexualidade*, Foucault identifica que a diferença principal entre uma prática homossexual e uma identidade homossexual está no desejo de constituir uma história, cultura e linguagem próprias, podemos ver Rich decididamente lançada nesse propósito, começando a navegar a dificuldade em identificar no passado pessoas que compartilham da mesma gramática da sexualidade contemporânea.¹⁴ Uma definição abrangente da lesbianidade, evidentemente, auxilia esse processo de revisão histórica¹⁵.

Em um texto apresentado alguns anos depois, chamado “*It is the lesbian in us*” (1976), a definição de lesbianidade está vinculada, como nos manifestos do Radicalesbians e do *The Furies*, a uma ideia fluida de relacionalidade entre mulheres, deslocando a centralidade da atração sexual para uma afinidade anti-patriarcal, cuja partilha coletiva autodeterminada tinha o potencial de liberar uma vasta reserva de energia criativa. A memória da infância a leva à oposição entre o pai e as duas mulheres que primeiro amou: sua mãe branca e sua babá negra. A interdição desse amor¹⁶ é a garantia de entrada na cultura paterna e a biblioteca do seu pai se torna um meio de acesso para ela. Se a literatura diz daquilo que é possível, ela afirma, mulheres jovens são educadas com clássicos que obscurecem não apenas aquilo que está na ordem da possibilidade, mas aquilo que acontece, em realidade, desde sempre. O texto continua, com a peculiar construção do título, “É a lésbica em nós...”;

E creio que é a lésbica em toda mulher que é compelida pela energia feminina, que gravita na direção de mulheres fortes, que procura uma literatura que expressará energia e força. É a lésbica em nós que nos leva a enlaçar imaginativamente, alcançar, a conexão entre mulheres em sua inteireza. É a lésbica em nós que é criativa, porque a filha diligente ao pai que existe em nós é apenas um desperdício. (RICH, 1979, tradução minha).

Muitos ensaios de Rich nesse período performatizam textualmente a construção coletiva das ideias, seja pela constante referência a suas contemporâneas, por revisões anotadas em notas de rodapé ou, como no caso desse texto em específico, apresentado no MLA de 1976, pela adição, ao final, de um relato acerca do debate estimulado pelas suas reflexões. A relação entre criatividade e lesbianidade, diz Rich, suscitou reações imediatas:

14 Sobre os problemas da pressuposição de um *continuum* histórico, ver o capítulo “The Present Future of Lesbian Historiography”, no livro *Thinking Sex with the Early Moderns*, de Valerie Traub (2016).

15 Para um uso similar de crítica lésbica pensada em literatura escrita por mulheres negras, ver “Toward a Black Feminist Criticism”. In: *Conditions*, Vol. 2, 1977. Nesse texto, Barbara Smith faz uma leitura interessante de *Sula*, de Toni Morrison.

16 No relato, Rich atribui essa interdição inteiramente à entrada na cultura patriarcal, sem refletir, no entanto, nas relações mais complexas entre amor e violência, por exemplo, que necessariamente atravessam a relação babá negra/criança branca.

as discordâncias eram inúmeras, desde mulheres que afirmavam relacionar a criatividade a outros aspectos de suas vidas, a uma mulher que disse que se a formulação “a lésbica em nós” fosse para ser entendida e estendida de forma metafórica, ela – como uma mulher que já havia sido oprimida por fisicamente expressar seu amor por mulheres – gostaria de outro nome para se descrever. A reflexão final de Rich é a seguinte:

Ao preparar meus comentários acredito que não deixei espaço para a carga intensa da palavra lésbica (...) Eu provavelmente simplifiquei demais a questão, em função do tempo limitado, e portanto a obscureci. Esta experiência me deixou mais atenta do que nunca à maneira como, mesmo para lésbicas, a palavra lésbica possui ressonâncias diversas. Algumas de nós nos livraríamos da palavra de uma vez por todas. Outras a transformariam e ainda outras a reivindicariam com entusiasmo para poder enunciá-la após anos de interdição. (...) A feminista lésbica vive em um âmbito complexo e demandante de distinções linguísticas e relacionais. Uma das tarefas pela frente é dar início à definição destas distinções (e a forma em que a experiência feminina coincide com elas de maneira sincrônica). (RICH, 1979, tradução minha).

222 O possível uso figurado, conceitual, parece ser resultado da própria indefinição da formulação: “a lésbica em nós” é ao mesmo tempo imanente e transcendente, corpóreo e espiritual, sexual e imaculado, uma espécie de essência feminina compartilhada *a priori*, a qual seria apagada ou abafada a partir da inserção na lógica patriarcal. O construtivismo social avançado pelo feminismo lésbico a partir do posicionamento do lesbianismo/lesbianidade como escolha política se sustenta, neste texto, bem como no de muitas outras de sua época, sobre o argumento de uma gravitação feminina universal que correria inequivocamente nos subterrâneos da história. A busca pela definição da palavra “lésbica”, uma definição não-medicalizada, tem como seu revés a definição da existência lésbica em si, que, se é descrita amplamente como uma relação primária não necessariamente sexual entre mulheres, questionando as fronteiras entre os binômios heterossexual e homossexual, certamente traça os seus limites e fronteiras no que diz respeito à diferença entre gêneros. A diferença entre gêneros é tomada como a diferença estruturante do mundo e motor da história, de modo que a relação entre masculino e feminino se torna *a priori* violenta, em uma espécie de naturalização – porque posta em uma longa duração histórica e universal, com a origem situada no neolítico – do processo de generificação do sexo biológico¹⁷.

17 Na década de 1970, Rich está muito influenciada pelo trabalho da teóloga feminista Mary Daly, citando principalmente o seu *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism*, publicado em 1978. Rich acompanha a escrita do texto, motivo pelo qual aparece nos

Derivava-se daí uma estigmatização do binômio *butch x femme*, que organizava a sociabilidade lésbica em espaços públicos¹⁸. Em uma fala que depois foi publicada como “*The meaning of our love for women is what we have constantly to expand*”, proferida em uma manifestação em 1977, Rich busca posicionar o feminismo lésbico em relação ao movimento gay¹⁹, situando este último como elemento da cultura patriarcal homossexual. A promessa da “expansão” contida no título, no entanto, rapidamente se manifesta nos termos de uma série de restrições:

A cultura gay masculina proporcionou às lésbicas a imitação dos papéis padronizados de “butch” & “femme”, “ativo” e “passivo”, sexo anônimo, sadomasoquismo, e o mundo autodestrutivo dos bares “gays”. Nem a cultura heterossexual nem a cultura “gay” proporcionou às lésbicas um espaço onde ela pudesse descobrir o que significa poder se autodefinir, ter autoamor, se identificar com outras mulheres, nem um homem de mentira nem o seu oposto objetificado. (...) Acredito que um movimento lésbico feminista militante e plural pode ser uma das maiores forças no mundo hoje para transformar completamente a nossa sociedade e nossa relação com a vida como um todo. (RICH, 1979, tradução minha).

agradecimentos, e motivo pelo qual o livro já é citado alguns anos antes, primeiro como exemplo de uma utopia feminista, depois como um separatismo possível. O livro contém passagens extremamente transfóbicas, sobretudo com mulheres trans, alertando para a vinda do “império transexual”, em consonância com o trabalho de sua orientanda na época, Janice Raymon, que publicou o livro *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male* também com agradecimentos à Rich e uma citação a uma comunicação pessoal entre elas, em que é possível perceber que há diferenças de posicionamento entre elas. Em 1987, Sandy Stone, mulher trans e lésbica, publica “*The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto*”. Stone havia sido, nos anos 1970, engenheira de som da Olivia Records, uma gravadora oriunda dos coletivos *RadicaLesbians* e *The Furies*, tendo sido vítima de uma campanha agressiva de transfobia por parte de Raymond e uma série de outros coletivos a partir de 1977. Stone foi orientanda de Donna Haraway nos anos 1980. A criação de expressões como “*womyn-born-womyn*” é um indicativo das frequentes intersecções entre o feminismo lésbico e o feminismo radical trans-excludente nesse período. Na introdução de seu livro seguinte de ensaios, *Blood, Bread and Poetry* (1986), Rich realiza uma espécie de mea culpa em relação ao determinismo biológico, embora mais pela negação de que tenha em qualquer momento o defendido.

18 Em *Zami: a New Spelling of my Name* (1982), de Audre Lorde, é possível ter uma perspectiva do universo de bares lésbicos em Greenwich Village, em meados dos anos 1950, em Nova York. Nas periferias do modelo *butch/femme* conviviam uma série de mulheres que estavam naquele momento descobrindo sua sexualidade e, ao mesmo, tempo, descobrindo outros parâmetros para a sua sexualidade.

19 Seria mais preciso dizer que a fala foi proferida em uma manifestação que se desmembrou da manifestação principal, cuja convocação tinha como mote o repúdio à campanha homofóbica “*Save the children*”, coordenada por Anita Bryant. Na fala, Rich chama de misoginia o ataque à Anita Bryant, pois o ataque à Bryant oblitera a crítica fundamental à instituição patriarcal que a financia.

Minha intenção aqui não é discordar de Rich quando ela afirma, por exemplo, que mulheres lésbicas raramente tiveram o mesmo poder econômico e cultural que homens gays, mas demonstrar como ela se posiciona também em relação ao modo de existência lésbica que predominava entre lésbicas da classe trabalhadora, atribuindo os seus códigos e práticas à misoginia e à promiscuidade da cultura homossexual masculina. Esse é um ponto de inflexão importante do feminismo lésbico, em relação ao qual surgirão muitas respostas teóricas e desde onde a teoria *queer* começará a ser formulada, a partir dos limites da compreensão do corpo lésbico como o corpo de uma *woman-identified-woman*. Judy Grahn escreveu, por exemplo, sobre a cultura dos bares, que ninguém estava aprendendo a ser homem, mas a ser sapatão.

A partir de 1978, Elizabeth Lapovsky Kennedy e Madeline D. Davis começam a longa pesquisa de história oral, realizada por treze anos na cidade de Buffalo, e depois publicada como *Boots of Leather, Slippers of Gold: The History of a Lesbian Community*. O livro, entre tantas outras coisas, e levando em conta relações raciais, mostra que as posicionalidades *butch/femme* não são mera reprodução de relacionamentos heterossexuais normativos e estruturam, pelo menos desde os anos 1930, a possibilidade de uma existência pública para lésbicas da classe trabalhadora. Em 1981, Amber Hollibaugh e Cherríe Moraga publicam “*What we’re rolling around in bed with: sexual silences in feminism*”. Esther Newton em “*The Mythic Mannish Lesbian: Radclyffe Hall and the New Woman*”, um texto de 1984 sobre “as relações históricas entre lesbianismo, feminismo e gênero”, pergunta:

O que fazer, então, com a figura referida como, em diversos momentos e circunstâncias, como a “mulher-macho”, a “invertida verdadeira”, a “caminhão”, ou a “*butch*”? (...) Ela é de fato uma vergonha para um movimento que jura ser inimigo das categorias tradicionais de gêneros e, no entanto, valida o lesbianismo como a forma máxima de feminilidade. (NEWTON, 1984, p.558, tradução minha).

Se Adrienne Rich toma como paradigma literário da existência lésbica o “*Chloe liked Olivia for the first time in literature*”, de *Um teto todo seu*, focalizar *The Well of Loneliness* de Radclyffe Hall, publicado um ano antes, em 1928, torna-se para Newton a possibilidade de reler o século XIX para além das amizades românticas que se difundiram com o sufrágio feminino e a construção de uma ampla rede de colleges para mulheres. Esses *romantic friendships*, conhecidos também como *Boston marriages*, disponíveis para algumas mulheres de elite, eram socialmente bem-vistos e indicativos da autonomia da *New Woman*, em conjunção à manutenção da moral vitoriana,

segundo a qual mulheres não eram seres com desejos sexuais²⁰. Havia, no entanto, outro arranjo social no século XIX em que pessoas assignadas como mulheres ao nascer viviam como homens: essas pessoas eram conhecidas – pela lei e pelos jornais da época – como *female husbands*. Em livro recente, escrito inteiramente em linguagem neutra, Jen Manion investiga a história desse contrato social dissidente: “Viviam vidas que em termos contemporâneos podem ser descritas como transgêneras, não-binárias, *butch*, lésbica, bissexual ou assexual.” (MANION, 2020, p.2, tradução minha). Discutindo a complexa relação na história entre orientação sexual e não-conformidade de gênero, Manion, com a gramática da segunda década do século XXI, atualiza alguma das proposições de Newton, “a lesbianidade equacionada à masculinidade precisa não de condenação, mas de expansão.” (NEWTON, 1984,p.574, tradução minha). Em seu texto, Newton, refletindo sobre *Orlando*, de Virginia Woolf, onde há livre trânsito entre gênero, em comparação a Stephen, que estava presa às condições históricas do seu tempo²¹, começa a pensar, ainda com uma gramática muito incipiente e bastante dependente da disciplina médica, as diferenças e semelhanças entre a masculinidade lésbica²² em relação a identidades transmasculinas.

III. Montanhas, cangurus, coqueiros

Gayle Rubin, conhecida dentro dos estudos de gênero pelos seus dois ensaios fundamentais, “O Tráfico de Mulheres” (1974) e “Políticas do Sexo” (1985), no final dos anos 1960 fazia parte de um coletivo de feminismo lésbico e estudava, com intuito historiográfico, a produção literária de mulheres lésbicas em francês na virada do século XX. Embora tanto Natalie Barney quanto Renée Vivien fossem estadunidenses, viviam exiladas em Paris, onde podiam viver sua sexualidade mais livremente, contrapondo-se, portanto, também, ao modelo de amizade romântica. É de Gayle Rubin a introdução e o posfácio da tradução, *A Woman Appeared to me*, de Renée Vivien, publicado em 1976. O interesse, tanto de Rubin, como a de muitas outras acadêmicas lésbicas, cujas áreas de concentração eram a antropologia, estava mais em pensar a história social da homossexualidade do que projetar um *continuum*

20 Nos diários de Anne Lister, escritos na primeira metade do século XIX, há uma longa reflexão acerca da sexualidade das Damas de Llangolen, duas mulheres que viviam juntas, e para quem Wordsworth fez um soneto. O fato de morarem juntas no final do século XIX e início do século XX fazia com que atraíssem curiosos como Byron e Shelley, e, no entanto, ninguém parece pressupor que há uma relação sexual entre ambas. Inclusive nas cartas e diários das Damas de Llangolen não consta nada que sugeriria haver uma relação sexual. Lister também vai visitá-las, mas passa grande parte do tempo especulando acerca da sexualidade delas, como forma de refletir acerca da sua própria sexualidade, que era vivida de modo prolífico, com longos registros criptografados em seus diários.

21 Newton está respondendo ao texto “Radclyffe Hall and the Lesbian Image”, de Lillian Faderman e Ann Williams, publicado na revista *Conditions*, v. 1, 1977.

22 Ver *Female Masculinity*, de Jack Halberstam, 1998.

imagético a partir de um pensamento poético. Evidentemente, a história lacunar e a impossibilidade da universalização do referente contido na palavra “lésbica” fazem da literatura um importante instrumento de investigação; entretanto, em seu texto de 1974, pensando com e contra Marx, Engels, Lévi-Strauss, Freud e Lacan, Rubin está interessada em considerar o modo como os sistemas de parentesco dão origem ao sistema sexo/gênero ao qual está vinculada a heterossexualidade compulsória e sua relação com o próprio sistema natureza/cultura. “De fato”, ela diz, “do ponto de vista da natureza, os homens e as mulheres estão mais próximos uns dos outros do que qualquer outra coisa – mais, por exemplo, do que montanhas, cangurus ou coqueiros” (RUBIN, 2017, p.31). Compreendendo que os sistemas de parentesco tendem a se desfazer ou a se reconfigurar em sociedades industriais, a utopia feminista projetada por Rubin naquele momento não é “um matriarcado de amazonas” (RUBIN, 2017, p.55), mas uma sociedade sem gênero, rumo a qual “a ditadura das *guérillères* amazonas é um método temporário” (RUBIN, 2017, p.54). Em uma entrevista nos anos 1990 com Judith Butler, Rubin diria sobre o *continuum lésbico* de Rich:

O artigo de Rich partilha muitos dos mesmos elementos e hipóteses que aparecem no trabalho histórico. Eu não era contra a pesquisa histórica sobre esses relacionamentos [as amizades românticas], mas considerava um erro privilegiá-las na definição da categoria do “lesbianismo”, seja historicamente seja num contexto contemporâneo, e julgar outras formas de lesbianismo como deficientes, degradadas ou inferiores. (...) Trata-se de uma discussão longa demais para caber aqui, mas o que quero destacar é que esse sistema categórico soterrou muitas complexidades históricas e sociais numa noção romântica, politizada e limitada de lesbianismo. Além disso, ele substituiu a preferência sexual por uma espécie de solidariedade de gênero. Essa substituição era moral e analítica. As relações de solidariedade entre mulheres são importantes e coincidem de certa forma com as paixões eróticas lésbicas, mas não são isomórficas e exigem uma série de distinções mais sutis. (BUTLER, 2003, p. 174-175).

Mais tarde, em “Pensando o sexo”, uma reelaboração de suas ideias acerca das hierarquias do sistema sexo/gênero, em que a diferença sexual é pensada e articulada também em relação a uma hierarquia de práticas sexuais:

As ferramentas conceituais do feminismo foram elaboradas para detectar e analisar hierarquias baseadas no gênero. Na medida em que estas se sobrepõem às estratificações eróticas, a teoria feminista tem certo poder explicativo. Porém, na medida em que

Aqui, há uma evidente resposta ao tipo de formulação que atribuía a existência de relações *butch/femme* a uma interiorização da cultura homossexual patriarcal. Há, também a defesa de mulheres trans, em um momento de crescente de transfobia dentro do feminismo lésbico. Seria justo dizer, no entanto, que há – historicamente – uma relação emaranhada entre sexualidade e gênero, tornando, portanto, difícil, muitas vezes, determinar ou indeterminar a relação entre um e outro. Tanto que travestis e transgêneres são entendidos, em seu texto, como sendo uma questão menos de gênero e mais de sexualidade.

Monique Wittig, escritora francesa conhecida nos Estados Unidos pelas suas obras literárias, *Les Guérillères* (1969) e *Le Corps Lesbien* (1971), publica nos anos 1980 alguns textos reagindo ao feminismo lésbico norte-americano. O ponto principal desses seus ensaios é propor uma linha de fuga para que o *continuum lésbico* de *women-identified-women* não se converta em mero *continuum biológico*. A biologia, diz Wittig, é o argumento utilizado historicamente para a construção da “mulher”: “um enfoque materialista feminista mostra que o que tomamos por causa ou origem da opressão é de fato apenas a *marca* imposta pelo opressor; o ‘mito de mulher’, mais seus efeitos e manifestações materiais na consciência e nos corpos capturados de mulheres” (WITTIG, 2019, p. 85). Wittig está, portanto, discutindo os limites de se tomar essa marca como a possibilidade de instituição de uma nova dinâmica política e econômica porque ela já em si resultado de um processo político e econômico: “Pois ‘mulher’ não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto ‘mulheres’ são produto de uma relação social”. (WITTIG, 2019, p. 88). Ao mesmo tempo, ela reflete sobre a necessidade da constituição de uma subjetividade própria e, assim como Rich, aposta na linguagem como instrumento para a configuração de um esquema conceitual distinto, muito embora Rich veja a linguagem como um meio para a constituição de um contorno, *wholeness*, ao passo que para Wittig a linguagem se constitui como a experiência limite do corpo fronteiriço²³. “*The Straight Mind*”, publicado em 1980, mas lido em uma conferência do MLA em 1978, terminava com a afirmação de que “Lésbicas não são mulheres”. Assim como Rubin, Wittig discute com Lacan e Lévi-Strauss com o intuito de demonstrar como a ordem simbólica se sustenta sobre o pensamento heterossexual, isto é, um “pensamento que produz a diferença entre os sexos como um dogma filosófico e político” (WITTIG, 1992, p.28,

23 Ver também “*The point of view: universal or particular?*”, de Monique Wittig, em que ela discute a inexistência de uma escrita feminina a partir da reflexão acerca da obra de Djuna Barnes.

tradução minha). O conceito de diferença não é ontológico, ela diz, mas resultado de uma dominação histórica, e seguindo o materialismo dialético até as últimas consequências, ela vai entender o corpo lésbico como o corpo que existe fora do binômio homem(cis)/mulher(cis): “e seria incorreto dizer que lésbicas se associam, fazem amor e vivem com mulheres porque “mulher” somente tem significado em sistemas de pensamento e sistemas econômicos heterossexuais.” (WITTIG, 1992, p. 32, tradução minha).

Nesse sentido, é interessante considerar o que escreve Saidiya Hartman em *Wayward Lives* (2019) sobre os bairros negros surgidos nas cidades industriais do norte estadunidense como resultado de políticas segregacionistas. Hartman demonstra que homens desempregados sustentados por mulheres trabalhadoras borravam as linhas entre “homem” e “mulher”, bem como a instabilidade ou a inexistência das famílias nucleares por motivos de desemprego, violência estatal e uma desproporção demográfica de acordo com a qual havia um número muito maior de mulheres negras do que de homens negros, configurando um espaço urbano que era, nestes termos, *queer*. A diferença sexual/de gênero, como tão bem reivindicou o *The Combahee River Collective* em seu manifesto de 1977, não pode ser pensada em desconsideração às relações raciais, inclusive no modo como elas afetam os homens negros. Barbara Smith, que fazia parte do coletivo Combahee River, mais tarde escreveria em resposta ao ponderadíssimo “Notes for a magazine: what does separatism mean”²⁴, de Adrienne Rich, cujo movimento final contém uma pergunta muito instigante – a saber, sobre a diferença entre separatismo e autonomia. Em sua resposta, Smith afirma haver, historicamente, incomensurabilidade entre as questões raciais e de gênero compreendidas isoladamente:

A ausência de uma análise sobre como identidade racial e separatismo lésbico estão e não estão conectados produz um resultado particularmente perturbador no artigo. É dessa maneira que uma posição separatista, escolhida com base em uma identidade sexual, e a separação racial, imposta como resultado da segregação racial institucionalizada, são tornadas aparentemente similares e oriundas dos mesmos impulsos, ignorando a história e a política deste país e o elemento da escolha. (...) Quero dizer aqui que estou muito ciente de que existem algumas *women of color* que agora se definem como separatistas no sentido do separatismo lésbico. Também existem mulheres do Terceiro Mundo, tanto lésbicas como não lésbicas, que são separatistas raciais e acreditam que devem apenas se associar e trabalhar com membros de seus

24 Publicado na revista *Sinister Wisdom* n. 18, em 1981, mesmo ano em que Rich se torna editora da revista. A resposta de Barbara Smith foi publicada na *Sinister Wisdom* n. 19, em 1982.

grupos étnicos específicos. Assim como questiono os limites de uma posição separatista lésbica, também questiono as limitações do separatismo racial, particularmente quando ele perpetua respostas negativas à diferença. A necessidade real da organização autônoma por membras/os de grupos oprimidos não deve levá-las/os a uma posição que estimule a discriminação a outras pessoas ou impeça que ocorram coalizões em torno de princípios. (SMITH, 1982, p. 102-103, tradução minha).

De fato, os anos 1980 veriam surgir discussões e articulações sobre os limites das diferenças como organizadoras de comunidades políticas bem como uma matização cada vez maior da diferença sexual/de gênero em relação a outras diferenças²⁵. Esse processo foi realizado a partir do feminismo negro, ou o *Third World feminism*, cujo marco editorial foi a publicação de *This Bridge Called my Back*, em 1981, com organização de Gloria Anzaldúa e Cherrie Morriaga. Teresa De Lauretis esboça uma teoria de uma sexualidade não-generificada em “Sexual Indifference and Lesbian Representation”, de 1988, partindo, justamente, de uma citação de Audre Lorde, em *Zami*: “nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de uma diferença em particular” (LORDE apud DE LAURETIS, 1988, p. 164), em relação à qual aponta uma espécie de paradoxo constitutivo da representação lésbica:

Parece, portanto, que “diferença sexual é o termo de um paradoxo conceitual que corresponde ao que é efetivamente uma contradição vivida por mulheres: o termo, ao mesmo tempo, de uma diferença sexual (mulheres são, ou querem, algo diferente dos homens) e da indiferença sexual (mulheres são, ou querem, a mesma coisa que homens). (DE LAURETIS, 1988, p. 155, tradução minha).

De Lauretis compreende as razões para tal paradoxo, sem, no entanto, deixar de projetar um futuro em que não seja mais este o caso. A aparição de *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*, em 1990, livro a essa altura paradigmático de Judith Butler, foi, nesse sentido, um passo interessante na direção da reconfiguração desse paradoxo constitutivo: definindo o sistema sexo/gênero como um sistema de circulação de marcas de gênero, cuja norma já pressupunha sua possibilidade de transgressão, isto é, uma máquina de produção de cópias sem original, Butler propõe novos parâmetros para a discussão. Alguns anos mais tarde, ela publicaria um artigo no *The Lesbian and Gay Studies Reader*, iniciando o texto com um comentário sobre a sua

25 Não menos importante foi a epidemia da HIV/Aids, que reconfigurou, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 80, as alianças entre trans, gays e lésbicas: surgiram grupos como Act-Up, e depois Queer Nation, bem como as Lesbian Avengers.

dificuldade em responder um convite para escrever sob termos com os quais ela não estava necessariamente de acordo. Relatando a sua resistência em teorizar como uma lésbica, em equiparar “eu” e “lésbica”, Butler diz: “Isso não quer dizer que eu não aparecerei em ocasiões políticas sob o signo “lésbica”, mas que eu gostaria de deixar o significado deste signo em estado de abertura permanente”. (BUTLER, 1993, p. 308, tradução minha). Mais à frente ela continua formulando uma série de perguntas a isso que poderia ser chamado de teoria lésbica; como essas perguntas me parecem pertinentes ainda hoje, deixo-as aqui, à guisa de conclusão:

A questão não é confirmar ou rejeitar as categorias “lésbica” ou “gay”, mas, ao contrário, perguntar pelo motivo pelo qual essa categoria se torna o local desta escolha “ética”? O que significa confirmar uma categoria que mantém sua especificidade e sua coerência ao realizar um conjunto prévio de rejeições? (...) Se uma sexualidade precisa ser proferida, o que será tomado como a determinação verdadeira de seu sentido: a estrutura da fantasia, o ato, o orifício, o gênero, a anatomia? E se a prática envolve um jogo complexo entre todos esses elementos, quais dessas dimensões eróticas virá a representar a sexualidade que requer todos eles? É a especificidade da experiência lésbica ou do desejo lésbico ou da sexualidade lésbica que a teoria lésbica precisa elucidar? (BUTLER, 1993, p. 310, tradução minha).

AHMED, Sarah. *Viver uma vida feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro, Sheyla Miranda e Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu, 2022.

BUTLER, Judith. Imitation and Gender Insubordination. In: ABELOVE et al (org). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York: Routledge, 1993.

_____. Tráfico Sexual - Entrevista (com Gayle Rubin). In: *Cadernos Pagu* (21), 2003.

KENNEDY, Elizabeth L. & DAVIS, Madeline D. *Boots of Leather, Slippers of Gold: The History of a Lesbian Community*. Nova York: Routledge, 2013.

DE LAURETIS, Teresa. Sexual Indifference and Lesbian Representation. In: *Theatre Journal*, v. 40, n. 2, 1988.

GRAHN, Judy. *A psicanálise de Edward a Sapatao*. Tradução de Angélica Freitas. Disponível em: <https://abolha.com/2020/04/28/a-psicanalise-de-edward-a-sapatao/>

_____. *The Work of a Common Woman: The Collected Poetry of Judy Grahn, 1964-1977*, com introdução de Adrienne Rich. Oakland, CA: Diana Press, 1978.

HARTMAN, Saidiya. *Wayward lives, beautiful experiments*. Nova York : W.W. Norton & Company, 2019.

LORDE, Audre. *Zami: A New Spelling of My Name*. Berkeley, CA: Crossing Press, 1982.

MANION, Jen. *Female Husbands: A Trans History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

NEWTON, Esther. The Mythic Mannish Lesbian: Radclyffe Hall and the New Woman. In: *Signs*, v. 9, n. 4, 1984.

RICH, Adrienne. *On lies, secrets, and silence: selected prose, 1966-1978*. Nova York: W.W. Norton & Company, 1979.

_____. Notes for a magazine: what does separatism mean? In: *Sinister Wisdom*, n. 18, 1981.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: UBU, 2017.

SMITH, Barbara. Responses. In: *Sinsiter Wisdom*, n. 19, 1982.

WITTIG, Monique. The Straight Mind. In: *The Straight Mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

_____. Não se nasce mulher. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org). *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.